



REFORMAR COM OUSADIA

Para o idealizador do imposto único, repensar o sistema tributário nas bases atuais é dar murro em ponta de faca. Não tem sentido manter um modelo tecnologicamente superado

Por Leandro Pereira e Carlos Costa
Fotos Tiana Chianelli

Economista e professor-titular da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP/FGV), onde ingressou por concurso público em 1969, Marcos Cintra aliou com destreza a brilhante trajetória acadêmica com a fecunda atividade política. Fez sua formação em Harvard, onde se graduou em 1968 e, após a especialização em Planejamento Econômico na Unicamp (1970-1971), concluiu o mestrado (1974) e o doutorado (1985), ambos naquela universidade norte-americana. Foi chefe de Departamento de Economia (1985-1987) e depois diretor da EAESE/FGV. Eleito vice-presidente da Fundação Getúlio Vargas em 1997, cargo que ocupa até hoje e do qual se licenciou para assumir a Secretaria Municipal do Trabalho da cidade de São Paulo, a convite do prefeito Gilberto Kassab. Do prefeito, recebeu a incumbência de realizar um upgrade na secretaria, transformando-a em uma espécie de secretaria do desenvolvimento econômico, ou seja, uma agência de fomento. Nessa vertente política de sua carreira, foi secretário de Planejamento, Privatização e Parceria da Prefeitura de São Paulo (1993); vereador em São Paulo (1993-1996); deputado federal (1999-2003), assumindo, em 2003, a Secretaria de Finanças da Prefeitura de São Bernardo do Campo. Foi consultor econômico, editorialista

e articulista da *Folha de S.Paulo* (1983 a 2008). É autor de livros como *Introdução à Teoria Econômica* (1972), *Quatro Séculos da História Econômica do Brasil* (1977), *Tributação no Brasil e o Imposto Único* (1994), *A Verdade sobre o Imposto Único* (2002), entre muitos outros. Seu mais recente lançamento aconteceu nos Estados Unidos, em julho deste ano: *Bank transactions; pathway to the Single Tax ideal: A modern tax technology; the Brazilian experience with a bank transactions tax* (1993-2007). Para discorrer sobre um de seus temas favoritos, que é justamente o tema desta edição, o professor Marcos Cintra recebeu a reportagem da *Getúlio*, com quem manteve esta esclarecedora conversa:

O senhor tem uma história de luta na tentativa de renovar o sistema tributário. Tem condições, por isso, de apresentar, de modo introdutório e crítico, os pontos controversos do sistema.

Marcos Cintra Reformar a estrutura tributária é uma necessidade, pois todos reconhecem que existem problemas no sistema atual, mas adianto que minha visão pode ser um tanto polêmica e pouco imparcial para ser introdutória [risos]. Começo pelo que se poderia chamar de resgate da função arrecadatória do sistema tributário. Os sistemas modernos se tornaram verdadeiros labirintos de complexidade, pois além da

função precípua de qualquer modelo arrecadatório, se transformaram mais em instrumentos para conseguir objetivos extra-fiscais do que propriamente exercerem sua real função. Muita gente acaba não conseguindo ver com clareza o papel dos impostos, um acha que o tributo deve ser usado para conferir ou distribuir renda e benefícios; outro opina que deve ser empregado para estimular o desenvolvimento local ou regional; outro defende que deve estimular uma determinada atividade, dando vantagens ou incentivos para alguns setores; e há até quem o considere mecanismo para controle ambiental. São poucos os que o vêem como instrumento de arrecadação. Com tantos objetivos, o sistema tributário acabou se tornando tão complexo e ao mesmo tempo tão disfuncional que gerou um monstro. E esse monstro não consegue atingir nem o objetivo de arrecadação nem o de conseguir aquelas outras propostas. É um sistema que possui mais incógnitas do que equações. Claro, não estou desprezando ou negando o uso dos instrumentos tributários para a obtenção de objetivos extra-fiscais, mas a questão é que existem mais objetivos do que instrumentos.

E o primeiro objetivo do sistema tributário é...

Marcos Cintra É arrecadar bem, de forma segura, sólida e robusta para

garantir o funcionamento do Estado e agilizar mecanismos diversos para atingir os outros objetivos, não diretamente atendidos pelo sistema tributário. Defendo o imposto único como uma grande diretriz e filosofia tributária, embora ninguém vá chegar a esse modelo de unicidade absoluta. O paralelo que faço é o seguinte: os antigos navegadores olhavam para as estrelas, não as alcançavam, mas se orientavam por elas. É como vejo a proposta do imposto único: uma diretriz para os formuladores da política tributária rumo a uma estrutura de arrecadação de impostos eficiente para o poder público e justa para o contribuinte.

Uma das críticas que se faz ao imposto único é que arrecada, mas fica o questionamento de como seria a distribuição de renda ou o incentivo a outras prioridades...

Marcos Cintra Primeiro é preciso arrecadar bem e depois o Estado usa o outro lado da equação fiscal para, aí sim, atingir esses objetivos. O que presenciemos hoje é exatamente o inverso: existe uma tentativa grande de arrecadar progressivamente, atingindo a chamada justiça tributária, mas pelo lado dos gastos o sistema é extremamente regressivo. O sistema tributário atual é regressivo por natureza. O ideal seria arrecadar de forma razoavelmente proporcional, estimulando que todos paguem, pois se todos contribuem cada um paga menos, desestimulando a evasão e a elisão fiscal. E isso se consegue pela simplicidade. A progressividade se faz pelo gasto. É preciso resgatar a funcionalidade do sistema. Hoje no Brasil, quem paga imposto, paga demais. E por outro lado existem amplos segmentos da sociedade que pagam pouco ou quase nada.

E como deve ser um sistema ideal?

Marcos Cintra O ideal é um modelo que em vez de restringir e segmentar o universo de contribuintes procure ser [...] simples e universal, transparente, automático e menos burocrático. Isso pode ser atingido com a simplificação tributária, que também reduz o custo do sistema. As estruturas tributárias convencionais restringem o foco do esforço arrecadatório a determinados

segmentos, com alíquotas muito elevadas, criando um modelo tão torturoso que estreita o universo tributário e faz com que uns paguem demais e outros paguem de menos ou não paguem. O primeiro ponto é resgatar a função arrecadatória do sistema fiscal, o segundo é que ele amplie o universo de contribuintes e o terceiro é a busca da simplificação. As grandes empresas organizadas são as que mais sofrem com o excesso tributário, por meio do ônus sobre a folha de pagamento. Um trabalho do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) mostra que o Brasil é o segundo país do mundo que mais tributa salários, o primeiro é a Dinamarca. É um absurdo para um país que deveria estar gerando empregos

O primeiro ponto é resgatar a função arrecadatória do sistema fiscal, o segundo é que ele amplie o universo de contribuintes e o terceiro é a busca da simplificação

cobrar, em média, 42,5% de impostos sobre os salários, sendo que mais de 80% dessa carga é de responsabilidade do setor produtivo. Com tanto tributo sobre os salários a saída para muitas empresas é a informalidade na contratação de funcionários. Pune quem está na legalidade e privilegia fortemente quem está fora dela, porque quanto maior a alíquota de um tributo maior é o prêmio à sonegação e evasão.

O sistema brasileiro tributa mal?

Marcos Cintra Ele concentra muito em determinados setores. As grandes empresas organizadas são fortemente tributadas porque é mais fácil cobrar. Em compensação existe um oceano de empresas na informalidade que representam uma parcela ponderável do PIB

e que vivem na absoluta marginalidade. O princípio de simplificação para mim é reduzir custos, dar mais transparência ao sistema e acabar com todas essas iniquidades. Então a ideia é criar um tributo que seja o mais geral e amplo possível.

Há um elevado custo na gestão do sistema, certo?

Marcos Cintra Sim, e quando digo custo não me refiro à carga tributária, mas ao que se chama de custo de conformidade. Que é o custo de administração do sistema, que são as máquinas estatais gigantescas preparadas para arrecadar, fiscalizar, controlar e auditar. Isso só levando em conta o Poder Executivo, mas esse custo deve ser desmembrado para toda a estrutura administrativa. Existe a máquina da União que se soma a dos 27 Estados e a do Distrito Federal e a dos 5560 municípios: uma estrutura muito grande e com um custo elevadíssimo. Ninguém pensa nisso, mas ainda existem os custos relacionados ao sistema tributário nos outros dois poderes. Há um estudo que mostra que metade de todas as ações em andamento no sistema Judiciário brasileiro tem origem em contendas tributárias: então, metade do custo de nosso sistema Judiciário tem de ser imputado ao sistema tributário. O professor Eurico Diniz de Santi, do NEF (Núcleo de Estudos Fiscais da Direito GV) conduziu um estudo mostrando, através de números, quais os impostos que mais geram ações judiciais. É algo gigantesco – e o tributo mais questionado na Justiça é o PIS/COFINS não cumulativo, tamanha a complexidade gerada após sua mudança. No Poder Legislativo, metade do que se faz na Câmara é legislar sobre imposto. Isso também precisa ser imputado na conta do sistema tributário. Estamos até agora falando do poder público, mas existem ainda os custos do setor privado, absurdamente elevados, as chamadas obrigações acessórias tributárias, as exigências administrativas. Não há transparência, é igual à tarifa bancária. Você não sabe o que paga... Eu apresentei um projeto de lei quando fui deputado federal que obrigava, no final do mês, todo banco a somar e mostrar na conta do cliente o total de tarifas bancárias. Fiz um estudo mostrando que a tarifa bancária era

mais alta que a CPMF. Enfim, o custo de conformidade exigido das empresas no Brasil é absurdamente elevado.

O primeiro componente do custo de conformidade, então, é a administração da máquina pública?

Marcos Cintra E tem ainda os custos privados. É um batalhão de contadores e auditores e uma parafernália de livros, declarações e guias exigidos pelo sistema. Participei da banca de defesa de doutorado de Aldo Bertolucci, na FEA/USP, de um estudo em que pela primeira vez no Brasil se tentou computar o custo de conformidade, algo que começa a preocupar os tributaristas, que vivem no mundo da lua, como disse em certa ocasião Delfim Netto. Ele falou que o tributarista não reconhece dois fenômenos que podem mudar completamente as conclusões do economista: a sonegação e o custo da arrecadação. Em suas torres de marfim, os tributaristas, ao pensar um sistema tributário, não computam que as pessoas sonegam e que elas se defendem. E que arrecadar tem custo. Nos planos, é sempre a coisa etérea, sem custo de fiscalização e de apuração. Hoje no Brasil 10% do custo administrativo das empresas se devem a questões tributárias.

Mas isso é uma realidade nossa?

Marcos Cintra É do mundo inteiro, mas aqui é particularmente grave pela complexidade do nosso sistema. O Aldo Bertolucci chegou à conclusão de que o custo de conformidade no Brasil chega a 5,7 % do PIB. Para a sociedade se organizar de forma a pegar o dinheiro que está na mão do produtor e colocar na mão do Governo se gasta hoje, o equivalente a mais de R\$ 165 bilhões no ano. Só para transferir o dinheiro.

Esse valor se refere ao gasto da máquina pública?

Marcos Cintra Da máquina pública e privada e mais o contencioso, que também é um custo enorme, pois entram os honorários com advogados [risos]. Nossa carga tributária hoje é 36% do PIB; se somarmos mais 5,7% do custo do sistema tributário, isso supera 40% do PIB. É bem mais que o superávit primário (os 5,7%). O déficit nominal do poder público está entre 2%

e 3% ao ano do PIB. O custo de conformidade é o dobro de nosso déficit. Não teríamos nenhum déficit se essa cunha fosse reduzida. A simplificação é o instrumento para isso.

Por que o nosso sistema é tão complexo?

Marcos Cintra Nosso sistema é convencional, clássico, embora deformado pelos excessos introduzidos para utilizá-lo, para corrigir as mazelas e para atingir todos os objetivos. Além disso, temos três entes, a União, os Estados e Municípios com autonomia, o que gera um grande número de complicações. Além disso, o principal imposto brasileiro, o ICMS, é um IVA e esse tipo de tributo é que há de mais complexo em termos tributários. O mundo todo enfrenta pro-

Metade das ações em andamento no Judiciário tem origem em contendas tributárias. Então, metade do custo do sistema Judiciário tem de ser imputado ao sistema tributário

blemas para cobrar e controlar esse tipo de imposto e o mais intrigante é que aqui no Brasil a corrente de políticos e tributaristas mais ortodoxa quer aprofundar a utilização desse tributo. O governo ameaça embarcar nessa onda nos projetos que apresenta no Congresso, porém se o fizer o sistema que já é ruim se tornará ainda pior. Todo mundo dá importância exagerada, do meu ponto de vista, aos tributos de valor agregado, os chamados não-cumulativos, que são nitidamente incompatíveis com uma estrutura federativa. Eles são típicos para aplicação em Estados unitários. A Europa está imersa em um difícil problema por causa do Imposto sobre o Valor Agregado, o IVA. A Alemanha é um país federado, que tem IVA e fez o que estão pensando introduzir aqui.

Centralizaram toda a legislação e depois criaram um sistema de distribuição, ou seja, concentram a arrecadação para depois distribuir de acordo com outro critério.. No Canadá, que também é federativo, o problema é pior do que no Brasil, porque as províncias têm mais autonomia do que temos em nossos Estados. Algumas províncias arrecadam por um tipo de IVA e outras adotam outro tipo, e são incompatíveis entre si. Quebec, por exemplo, tem um IVA completamente diferente das outras províncias. Já os Estados Unidos, o maior país federativo do mundo, nunca adotaram o IVA.

E qual é a proposta do governo?

Marcos Cintra Ele quer introduzir outra camada que é o IVA federal, além de todos os IVA estaduais, que é o ICMS. Isso potencializa a questão, tornando o sistema ainda mais complexo. Quando existem sistemas federativos em que cada unidade tem autonomia tributária a complexidade é potencializada. Cumprir dizer que, além da maior complexidade e do maior custo para o contribuinte, o IVA federal somado ao IVA estadual geraria uma alíquota tão elevada que estimularia fortemente a sonegação. Ou seja, manter um sistema declaratório com alíquota na casa de 30% potencializaria a evasão de impostos.

Como funciona o IVA?

Marcos Cintra Esse imposto surgiu na década de 50. A ideia é francesa e o Brasil a implantou em 1967. No IVA, a arrecadação acontece em cada etapa do processo de produção. É o sistema de valor agregado. Em cada etapa de produção, existe o crédito quando se compra uma mercadoria e o débito quando se vende a mercadoria. E no final do mês a empresa paga essa diferença para o fisco, que é exatamente o imposto sobre o valor que foi agregado no processo de produção. Não há dupla tributação ou imposto sobre imposto. Mas se o produto passar por várias barreiras interestaduais com legislações diferentes, em que o crédito de um Estado não é reconhecido pelo outro, aí começa a complicação. Existem dois grandes tipos de impostos: sobre valor agregado e o cumulativo. Neste

último, vendeu, pagou, como acontece com o ISS. Pega o valor da fatura, joga 5% de imposto, quando for vender o produto final, paga-se mais 5%. Na realidade está se pagando 5% em cima dos mesmos 5%. Por isso que se chama imposto em cascata. Em países unitários o IVA funciona até relativamente bem. Mas quando se começa a ter as competências políticas distribuídas é gerada uma enorme complexidade. O imposto deixa de ser simples, fica opaco, caro para ser administrado e induz à sonegação, que é muito maior em sistemas com maior complexidade, criando necessidade de fiscalização e de acompanhamento.

O senhor dizia que no sistema americano não existe imposto sobre a produção, apenas sobre o consumo.

Marcos Cintra Eles foram suficientemente sábios para saber que sendo um país federativo nunca se meteram nessa loucura de criar um imposto de valor agregado, por ser incompatível com sua estrutura política. Nos EUA não existe imposto sobre circulação de mercadorias, insumos, bens ou serviços. Há vários elos na cadeia de produção que só terminam quando chega ao consumidor. O consumidor compra, consome e o produto acabou. Encerra o ciclo. Então os americanos têm um imposto sobre o consumo, sobre o que é vendido ao consumidor final, na loja, onde ele paga mais 5%. Não caíram nesse labirinto que temos aqui. A Índia, que é um país federativo, está se encaminhando para adotar o IVA. O Partido do Congresso Indiano me enviou um documento que me fez morrer de rir, ao ler: “A Índia tem de se modernizar e introduzir modelos, a exemplo do que aconteceu com grande sucesso no Brasil” [risos]. Aqui é um caos. Acho que estão olhando outra realidade que não é a nossa.

E qual a conclusão a que se pode chegar?

Marcos Cintra Fiz toda essa digressão para chegar ao seguinte: os tributaristas acham que o IVA é a oitava maravilha do mundo e ainda não se desassociaram do que chamo de um verdadeiro preconceito, o de achar que o IVA é o melhor imposto, tem a melhor sistemática, independentemente das circuns-

tâncias práticas específicas, como as políticas e organizações regionais de cada país. É nesse espaço que entra a tese de que o imposto sobre a movimentação financeira é muito melhor.

E a substituição tributária?

Marcos Cintra A substituição tributária é a negação da filosofia do IVA. Nosso principal IVA é o ICMS, que está virando um híbrido do IVA. A substituição tributária é pior porque em vez de cobrar em cada etapa só cobra na origem, sobre um cálculo prévio. Vem o fisco e diz “acho que daqui para cá você irá ganhar tanto, e que daqui para lá irá ganhar tanto, você iria recolher tanto aqui e ali. Então vamos cobrar tudo na

O tributarista italiano Vito Tanzi afirma que, nos últimos 100 anos, só houve duas modificações: o IVA na década de 50 e o imposto sobre movimentação financeira

primeira etapa”. A grande crítica que se faz ao governador José Serra é que ele está ampliando a substituição tributária para praticamente todos os setores importantes da atividade econômica.

Mas isso não torna mais fácil a fiscalização?

Marcos Cintra Fica mais fácil a fiscalização porque estima as margens de lucro. Mas tudo acontece antes do fato gerador, são valores imputados. Tem a grande crítica de que esse sistema desestimula a produção local, pois se ao comprar um produto no Estado de São Paulo pagarei esse imposto embutido no preço da mercadoria, ao passo que se comprar de outro estado terei um ICMS menor. Para ter um sistema tributário que atenda a todas as demandas de simplificação, redução de custos,

ampliação do universo do contribuinte em um país com bases tributárias fortemente concentradas é preciso abrir a cabeça para outras experiências que não sejam as baseadas no sistema do IVA.

Qual é o projeto de reforma proposta pelos defensores do IVA?

Marcos Cintra Deixar o ICMS, que é um IVA estadual, e criar um IVA federal que junta, conforme a última proposta enviada ao Congresso, o Salário-Educação, o PIS, a COFINS e a Cide-Combustíveis. É só uma mudança de sistemática operacional, mas é um caminho muito complicado. Precisamos analisar alternativas, como a tributação sobre a movimentação financeira, e passar a considerá-la com maior seriedade.

A CPMF surgiu na esteira da revolução da informática e funcionou por doze anos...

Marcos Cintra E fez com que o Brasil se tornasse um pioneiro em experimentação e acumulação de experiência. A CPMF é o melhor imposto que existiu, pois era o mais barato; o mais transparente; o mais simples; desburocratizado; não gerou contencioso fiscal e nem uma única linha de fiscalização; não exigiu declarações, livros, nomes, datas; além de ser automático. A CPMF só apareceu quando o mundo digital surgiu e os bancos passaram a ter um sistema integrado de compensação. O mundo moderno está expulsando e destruindo a moeda manual e em breve ela será uma relíquia. Isso quem falou foi Keynes, na década de 30. O Brasil é um dos países mais desmonetizados do mundo. O papel moeda em circulação em nosso país é da ordem de 3% do PIB.

Até a transação por cheque diminuiu.

Marcos Cintra O Banco central publica com certa regularidade um relatório mostrando as formas de pagamento mais utilizadas no Brasil e no mundo. O que se vê é que as principais economias estão cada vez mais adotando a moeda eletrônica para liquidar suas operações mercantis e a brasileira é uma das que mais crescem nesse sentido. O número crescente de operações dentro do sistema bancário mundial faz com que esta seja uma base com grande

potencial para substituir as bases tradicionais de extração de tributos contidas no lado real da economia. Nesse ponto o Brasil assume posição de vanguarda porque já tem uma larga experiência com a tributação sobre a movimentação financeira, a CPMF. O mundo moderno está criando condições para que se leve mais a sério um imposto sobre as transações financeiras. Em 2007, havia uma revolta muito grande pela alta carga tributária brasileira, e surgiu a oportunidade de reduzir essa carga com o fim da CPMF e a sociedade aceitou. Infelizmente, jogamos fora o bebê com a água do banho. O Everardo Maciel, grande defensor dessa ideia da modernização, manteve posição firme, na Receita Federal, pela manutenção de um tributo sobre movimentação financeira. Ele não chega ao ponto em que chego de acreditar que isso pode ser base do principal imposto de um país, de tal forma a se transformar num imposto único. Ele acha que isso é exagero meu. Mas o tributarista italiano Vito Tanzi afirma que, do ponto de vista tributário, nos últimos cem anos só existiram duas modificações importantes. A primeira foi na década de 50 quando criaram o IVA, antes tudo era tributo cumulativo, onde se cobrava em cada etapa na cadeia de produção, como o ISS ainda é até hoje. E a segunda foi o imposto sobre movimentação financeira.

Quando surgiu o projeto de reforma tributária no Brasil?

Marcos Cintra O projeto chegou à Câmara dos Deputados em 1995, e ela não anda porque a sociedade, intuitivamente, percebe que esse não é o caminho. Há uma tendência majoritária entre os técnicos, tributaristas e da burocracia pública de caminhar para uma reforma tributária clássica, convencional e ortodoxa baseada em IVAs. Isto é como dar murro em ponta de faca. Reformar aqui e ali, unificar isso e aquilo, criar uma legislação para simplificar as questões dos Estados. Enfim, tudo isso não tem sentido se continuarmos com um modelo de tributo que está tecnologicamente superado.

Em sua visão, a CPMF eliminaria os outros impostos?

Marcos Cintra Eu me refiro a im-

posto sobre movimentações financeiras, não à CPMF. A CPMF com 0,38% arrecadava mais do que todo o IPI, um tributo complexo com alíquota elevada. E desafio qualquer um a dizer que havia sonegação. Todo mundo pagava proporcionalmente aos seus gastos, portanto não é regressivo, e chegou a arrecadar quase 40 bilhões de reais. Defendo que há um espaço grande para introduzir o imposto sobre movimentação financeira para substituir, por exemplo, a Contribuição Patronal ao INSS que é um contra-senso do ponto de vista de objetivos sociais, desenvolvimento econômico e geração de renda.[...] O imposto sobre movimentação financeira tem de ser utilizado para começar um processo

O Brasil é o segundo do mundo em tributação de salários. Só perde para a Dinamarca. Mas é bom lembrar: na Dinamarca a renda per capita é de 60 mil dólares ao ano

de substituição de tributos ineficientes.

Em julho o senhor lançou nos EUA o livro *Bank Transactions Pathway to the Single Tax Ideal*.

Marcos Cintra É um estudo por meio de algumas estimativas econômicas, para avaliar se o imposto sobre movimentação financeira gera tantas distorções como pregam seus críticos. Minha conclusão é a de que não gera porque a alíquota é baixa, e é baixa porque não permite evasão.

Lá fora se tributa salário como no Brasil?

Marcos Cintra Apenas a Dinamarca, que tributa a folha de salário em 43,2%. O Brasil tributa em 42,5%. Se somarmos os dois, empregado e empregador, numa folha de pagamento de R\$ 100, R\$ 42,50 são impostos. É uma

absoluta loucura. Mas é bom lembrar que a Dinamarca tem uma renda per capita de 55 mil dólares ao ano enquanto a nossa é de 6 mil dólares. Alguns acham que a folha de salários ainda é uma base tributária sólida o suficiente para manter o sistema previdenciário brasileiro, o que vem se revelando não ser uma verdade. Os processos produtivos altamente poupadores de mão-de-obra estão fazendo com que a base de sustentação do sistema previdenciário, que é uma incidência sobre a folha, seja cada vez mais incapaz de manter o sistema. Refiro-me ao trabalho terceirizado, aos autônomos e empreendedores que atuam como pessoas jurídicas – ninguém paga INSS. Tanto que estamos com déficit. O ideal seria caminhar no sentido de acabar com os 20% aplicados sobre a folha de pagamento das empresas para o INSS. Fiz os cálculos e concluí que com 0,45% sobre a movimentação financeira dava para gerar a mesma arrecadação global do sistema previdenciário que hoje se consegue com o INSS patronal. A medida teria um impacto fantástico como redutor de preços, além de aumentar o poder aquisitivo e a renda do assalariado. Fernando Garcia, da FGV, fez um estudo mostrando que haveria aumento de alguns pontos percentuais na taxa de crescimento do país, redução da inflação, aumento do do salário real e elevação na taxa de emprego.

E como se chega ao imposto sobre movimentação financeira como imposto único?

Marco Cintra São vários degraus para atingir essa meta, mas tem que dar o primeiro passo. De início, podemos implantar um imposto sobre movimentação financeira para substituir os 20% para o INSS sobre a folha de salários. Depois poderíamos ir gradualmente eliminando outros tributos como, por exemplo, o IPI, e assim sucessivamente até que fossem substituídos outros tributos ineficientes, de custo elevado e vulneráveis à sonegação até que eventualmente, lá na frente, possamos chegar ao imposto de movimentação financeira como tributo básico. Mas acho difícil isso acontecer porque quem discute a reforma tributária hoje continua preso aos modelos convencionais.

No seu site há uma pesquisa de como a população reage à ideia do imposto único.

Marcos Cintra Na realidade são três pesquisas. A primeira foi realizada em 2002. O Octavio Frias, da *Folha de S.Paulo*, era defensor do imposto único e me ligou para saber o que achava de propor ao José Serra, então na disputa presidencial, a implantação do imposto único. Sugeriu que usasse o Datafolha para fazer uma pesquisa sobre o tema. A pesquisa foi realizada com a mesma amostragem usada na enquete presidencial. “Você conhece o imposto Único?” 38% conheciam a ideia do imposto e, deste número, 68% eram a favor. Em 2004, CNT/Sensus, instituto que realiza pesquisas para a Confederação Nacional dos Transportes, aplicou o mesmo questionário. E o resultado foi praticamente o mesmo. E a última pesquisa que está no meu site foi produzida pelo instituto CEPAC em 2006. E o resultado também foi parecido: dos que conhecem a ideia, cerca de 70% são a favor. Resumindo, as três pesquisas revelam que duas em cada três pessoas são favoráveis ao imposto único.

Temos um Legislativo apto para conduzir essa discussão?

Marcos Cintra O Legislativo é o retrato da sociedade brasileira. A oposição à ideia do imposto único sobre movimentação financeira como forma de modernização do sistema tributário não vem do povo, pois a população aceita. Quem é contra são os tributaristas e a burocracia pública. A máquina burocrática não quer perder seu poder. Administrar o sistema tributário é uma forma de poder! Então quem é contra é a burocracia, os tributaristas e sobretudo os sonegadores. Quando me convidam para ir ao Sindifisco (Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil) para debater o assunto, dizem que estou falando bobagem, que sou louco e que isso é utopia. E eles têm lá suas argumentações. Os tributaristas são contra por causa dos paradigmas e ideias consolidadas na discussão tributária. Mas a oposição mais insidiosa vem dos sonegadores, pois ela é invisível. Este é o lobby mais perigoso pois não dizem: sou contra porque sonego mais que o meu

concorrente. Hoje o sistema tributário brasileiro se transformou no principal instrumento de concorrência desleal. Ser mais ousado que a concorrência na hora de sonegar é o que garante a sobrevivência e o lucro, não a eficiência e a produtividade.

E como o público pode ajudar a mudar esse paradigma?

Você muda com o cidadão participando direta ou indiretamente da vida pública. Inclusive considero que a participação na política é uma responsabilidade do indivíduo, mas enfatizo que deve-se evitar a profissionalização do político. As pessoas têm que dar sua contribuição à sociedade em sua área de especialização, mas sem deixar de

O Roberto Campos, um grande aliado que tive na batalha do imposto único, dizia que os modelos convencionais são “melancólicas tentativas de aperfeiçoamento do obsoleto”

exercer sua formação profissional. Fui parlamentar em duas ocasiões (vereador e deputado federal), mas não deixei de exercer minhas atividades como economista, acadêmico e executivo. Causei muita polêmica quando mudei o rumo da discussão da reforma tributária ao lançar a ideia do imposto único em 1990. Durante quatro ou cinco anos esse tema foi debatido com grande intensidade e quase que tivemos a implementação da proposta. Quando fui deputado federal enfatizei a necessidade de uma reformulação no sistema de impostos com base no projeto que tinha idealizado dez anos atrás e consegui deixar a PEC 474/01 em condições de ser apreciada nesse sentido


pela Câmara, mas depois que deixei a vida parlamentar e o novo governo assumiu o projeto ficou esquecido. Levei minha contribuição para uma necessidade fundamental para o país e acho que a atuação política é a única força que dá oportunidade de mudança, isso me atrai muito.

O senhor tem ideia de quanto a sonegação representa hoje?

Marcos Cintra Na na CPI sobre tributação do Congresso há alguns anos falou-se que para cada real arrecadado, outro real é sonegado. Isso representa 50% de sonegação. A grande vantagem do imposto sobre movimentação financeira é que ele pega todo mundo, não interessa se formal ou informal, não há como sonegar. E tem um custo baixíssimo. A alíquota do imposto único seria de 5,6% – 2,8% no débito e 2,8% no crédito bancário. Para ter um imposto único seria preciso apenas uma cláusula na lei dizendo que toda e qualquer transação realizada no Brasil, acima de um limite, só teria validade jurídica se o pagamento fosse transacionado dentro do sistema bancário. Se tivéssemos imposto único, digo único mesmo, seria o mundo ideal. Ele acaba com o Imposto de Renda, IPI, ICMS, COFINS, contribuição previdenciária, IPVA, IPTU etc. Tira primeiro os 20% para o INSS sobre a folha de pagamentos das empresas e coloca 0,45%. Depois vamos tirando outros até chegar aos 5,6% sobre a movimentação financeira. Hoje só o imposto de renda tem alíquota que chega a 27,5%, a do ICMS é de 18% e a do IPI é de 10%. Tem ainda IPTU, IPVA, ISS, PIS/Cofins, IOF, etc. Quem se recusaria a pagar pouco mais de 5% sobre sua movimentação bancária, para não ter nenhum outro imposto? O Roberto Campos, que foi um grande aliado que tive e se transformou em um guerrilheiro do imposto único, tinha uma frase magistral. Ele dizia que os modelos convencionais são “melancólicas tentativas de aperfeiçoamento do obsoleto” [risos]. Querem pegar uma coisa que não funciona mais e ficar melhorando, colocando um friso aqui, pondo uma luzinha ali... É preciso ousar e assumir a modernidade de nossa época de economia online.

O senhor deixou a vida parlamentar em 2003 e só retornou à política no ano passado se candidatando a vereador, cargo ao qual se elegeu. Porque o senhor permaneceu afastado da política e quais as suas pretensões nas eleições do próximo ano?

Marcos Cintra Em 1998 fui convidado a disputar uma vaga na Câmara dos Deputados porque o debate envolvendo a questão tributária seria uma prioridade na agenda brasileira. Seria uma oportunidade para expor os problemas envolvendo a caótica estrutura de impostos no país, que compromete a competitividade da produção nacional, e para apresentar e discutir o projeto do imposto único. Vários parlamentares envolvidos com as finanças públicas no país como José Roberto Batocchio, Carlos Eduardo Cadoca, Luiz Carlos Hauly e Emerson Kapaz foram eleitos e enriqueceram o debate. Durante os primeiros anos do meu mandato proferi dezenas de palestras sobre impostos em vários estados e discuti o tema com técnicos do Congresso e com parlamentares especializados na área tributária e a ideia do imposto único ganhou corpo a ponto de em 2001 dar origem ao projeto que implantava um novo modelo tributário no país. A PEC 474, criando o imposto único, reuniu adeptos e o presidente da Câmara dos Deputados, deputado Aécio Neves, resolveu criar uma Comissão Especial para avaliar o projeto, que foi aprovado por unanimidade pelos seus membros, ficando em condições de ser votado em plenário quando o governo e sua base de apoio desejassem. Deixei a Câmara dos Deputados em 2003, assim como a maioria dos parlamentares que se envolveram com a questão tributária, e a ideia era que o projeto fosse encaminhado ao plenário, mas o novo governo não levou a proposta adiante e até hoje ela está sendo adiada. Foi dado um grande passo rumo a uma reforma tributária inovadora, sintonizada com os novos tempos, durante a legislatura 1999-2003. Mas, a crença que o debate pudesse seguir essa linha modernizante se desfez porque a questão tributária no Congresso foi levada em banho-maria, enquanto o governo priorizou seguir aumentando a carga

tributária fazendo mudanças pontuais na estrutura. Resumindo, exerci a política para dar minha contribuição no tocante a um projeto que a sociedade desejava, mas voltei as atividades que exercia antes um tanto frustrado com a falta de sentido de urgência para uma questão tão vital para o país que era a formatação de um novo sistema de impostos para o país. Ao deixar a vida parlamentar fui convidado pelo prefeito de São Bernardo do Campo para reestruturar as finanças daquele município. Aceitei ser secretário daquele município, mas decidi que manteria paralelamente minha peregrinação em favor do imposto único apresentando palestras e escrevendo artigos para a imprensa. No ano passado muitos amigos me estimularam a voltar à vida pública e acabei me elegendo vereador, mas o prefeito Gilberto Kassab, preocupado com os efeitos da crise global no final de 2008 sobre o mercado de trabalho e desejando fomentar o desenvolvimento regional, me convidou para ajudá-lo como secretário. Aceitei o desafio proposto pelo prefeito, uma vez que analisando as duas possibilidades, como vereador e como secretário, conclui que poderia ser mais útil para a gestão municipal como executivo em uma área bastante estimuladora e que proporcionaria externalidades positivas para toda sociedade. Em relação as eleições do próximo ano, ainda não decidi se serei candidato, ainda que muitos amigos me estimulam a participar visando voltar ao Congresso Nacional para dar continuidade ao debate da reforma tributária e ao projeto do imposto único, já que certamente, estes temas voltarão à tona a partir de 2011. A discussão certamente vai voltar porque há um consenso que o fabuloso potencial econômico do Brasil só será efetivado se um novo modelo de impostos for implantado, mas não o modelo ortodoxo defendido por uma minoria de burocratas e sonegadores, mas sim um que atenda as necessidades de quem produz e que está consubstanciado no projeto do imposto único. Até março eu tomarei uma decisão. 

Envie seus comentários para o professor Marcos Cintra, através de seu e-mail mcintra@marcoscintra.org

